



SEDE DA PETROBRAS em Vitória: TCU informou não ter ciência de que a obra custou 6,4 vezes mais que o previsto

OPERAÇÃO LAVA A JATO

Sede da Petrobras em Vitória foi investigada

Questões ambientais, dimensões e negociações com dono do imóvel foram parar no TCU, que arquivou a ação

O Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a investigar uma denúncia de possíveis irregularidades relacionadas a questões ambientais, dimensões da nova sede da Petrobras em Vitória e negociações ocorridas entre a empresa e a proprietária do imóvel, a Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (Emescam), administrada pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Entretanto, o TCU arquivou a denúncia, em 6 de outubro de 2010, por unanimidade dos votos dos ministros, porque a conside-

rou improcedente.

As informações foram prestadas ao TCU em diversas audiências, por um grupo de 11 profissionais, entre eles os ex-diretores Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Nestor Cerveró, presos recentemente por envolvimento no escândalo de corrupção na estatal.

Questionado, esta semana, sobre a possibilidade de as informações prestadas por Costa, Cerveró e Duque para defender a empresa das acusações de irregularidades na época da denúncia merecerem nova avaliação técnica, agora, o TCU esclareceu que a investigação se baseou “exclusivamente em documentos solicitados aos responsáveis pela Petrobras”.

Em nota, acrescentou: “Presentes os indícios de irregularidades, o TCU realizou audiência dos responsáveis, solicitando toda a documentação que comprovasse a lisura do procedimento. O tribunal então analisou a documentação e

acatou as justificativas, ressaltamos, com base exclusivamente nas informações juntadas aos autos”.

O TCU disse ainda que não tinha conhecimento de que a obra da nova sede da Petrobras custou 6,4 vezes mais que o previsto e, por isso, não analisou a questão. Explicou ainda que o processo pode ser reaberto, desde que surjam novos documentos e haja um pedido feito pelo Ministério Público da União, por órgãos de controle, parlamentares, Judiciário ou unidades técnicas do próprio tribunal.

O advogado Luciano Rodrigues Machado, que defende a Irmandade da Santa Casa, garantiu que as negociações com a Petrobras ocorreram dentro da legalidade, mas revelou que está processando a companhia para que cumpra uma cláusula que prevê a reavaliação do valor do imóvel a cada 5 anos. Seriam R\$ 1.740.828,99 pelo uso do terreno, segundo advogado. Procurada, Petrobras não se manifestou.

Nota alertou ex-presidente

SÃO PAULO

No dia 29 de janeiro de 2010, três dias depois de o então presidente Lula vetar uma decisão do Congresso que determinava a suspensão de quatro obras da Petrobras suspeitas de irregularidades, técnicos da Câmara e do Senado emitiram uma nota conjunta que alertava para a “consolidação de danos” na estatal caso o veto presidencial fosse mantido.

As justificativas apresentadas por Lula para vetar a suspensão das obras não mencionam em momento algum as irregularidades

graves apontadas pelo TCU.

No veto o então presidente se refere aos indícios de corrupção como “pendências”. Hoje, passados mais de quatro anos, as quatro obras liberadas pelo petista são citadas pelos envolvidos na Operação Lava a Jato como fontes de recursos que alimentaram o esquema de corrupção na Petrobras.

Foram repassados mais de R\$ 13 bilhões para as obras nas refinarias de Abreu e Lima (PE), Presidente Getúlio Vargas, Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o complexo de Barra do Riacho (ES). O custo total é de R\$ 80 bilhões.

CPI marca acareação entre ex-diretores

A CPI mista da Petrobras marcou para o dia 2 de dezembro uma acareação entre o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e do ex-diretor da Área Internacional da companhia Nestor Cerveró.

Na última terça-feira, após a oposição se articular com integrantes da base aliada, a comissão aprovou uma série de requerimentos de convocação de envolvidos no escândalo e ainda decidiu quebrar os sigilos do tesoureiro do PT, João Vaccari.